

***A MOLECADA SE EMPANTURROU DE BANANADA!* – CONSIDERAÇÕES SOBRE AS NOMINALIZAÇÕES EM -ADA NÃO- EVENTIVAS¹**

Alessandro Boechat de Medeiros²

alboechat@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho se propõe a analisar as formas nominais em *-ada* cuja interpretação não envolve um evento dentro do arcabouço teórico da Morfologia Distribuída. Tais nominalizações não ocorrem em construções com verbo leve (CVL), em particular as com o verbo leve *dar*. Elas denotam entidades ou conjuntos de entidades: a primeira envolve uma raiz associada a uma entidade comestível e refere um derivado desta entidade, também comestível (exemplo, *limonada*); a segunda envolve nomes de entidades de qualquer tipo, e denota um agrupamento, normalmente numeroso, de tais entidades (exemplo, *molecada*). A proposta defende a idéia de que a primeira dessas nominalizações envolve, em sua derivação, não o nome da entidade comestível que se lhe associa, mas a raiz desse nome; já na segunda nominalização, o que temos é uma nominalização de nome – o sufixo *-ada* se concatena a uma raiz nominalizada, nos termos da Morfologia Distribuída – e o resultado é a interpretação já mencionada. Adotamos uma visão cíclica da derivação sintática dessas formas, que explica de maneira elegante e natural inúmeras propriedades das mesmas, apresentadas e discutidas ao longo do texto.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia; sintaxe; nominalizações; raízes.

INTRODUÇÃO

Das quatro ou cinco formas nominais em *-ada* dicionarizadas, neste trabalho gostaria de dirigir meu olhar para dois grupos que recebem muito pouca atenção por parte de quem trabalha com morfologia das nominalizações: os que denotam coletivo, agrupamento arbitrário, grande quantidade de um tipo de entidade, como *rapaziada*,

¹ Gostaria de agradecer a Ana Paula Scher, Miriam Lemle, Maria Cristina Figueiredo, Aniela Improta França e ao pessoal do grupo de estudos em Morfologia Distribuída (GREMD) por comentários e idéias. Também gostaria de agradecer à FAPERJ ([E-26/100.004/2007](#)) pela bolsa de doutorado que possibilitou parte dessa pesquisa e à FAPESP pela bolsa de pós-doutorado ([2008/00426-0](#)) que atualmente possibilita sua continuidade.

² Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

mulherada e *papelada*, e os que denotam pratos, iguarias, bebidas e outros itens culinários, como *limonada*, *goiabada* e *laranjada*.

Do ponto de vista morfológico, estas nominalizações parecem todas derivadas de nomes, e sua interpretação (de agrupamento arbitrário ou artigo culinário) leva em conta o referente do nome que está na base. Por exemplo, *limonada* e *laranjada* seriam nominalizações em *-ada* derivadas de nomes de coisas comestíveis denotando derivados dessas coisas, também comestíveis; *molecada* e *garotada* seriam também derivados de nomes e refeririam (normalmente grandes) agrupamentos das entidades referidas pelos nomes de base. Ao contrário do que ocorre tipicamente com nominalizações em *-ada* derivadas de verbo, como *olhada* ou *emagrecida* (para as quais a interpretação é de evento singular ou resultado de evento do tipo descrito pelo verbo mais encaixado), ou com as derivadas de nome de objeto rígido, como *paulada* ou *pedrada* (para as quais a interpretação é a de golpe dado com o objeto referido pela base nominal), as nominalizações estudadas aqui não denotam eventos ou resultados de eventos, mas entidades ou agrupamentos de entidades, e tampouco podem ser usadas em Construções com Verbo Leve (CVL) com o verbo leve *dar* (Scher (2004, 2005)).

Uma primeira maneira de tratar as questões relacionadas ao sufixo *-ada* seria supor que ele é único, e que a interpretação do nome derivado depende crucialmente da semântica da raiz. Por exemplo, se o sufixo se combina com o nome de algo comestível, temos a interpretação de “tipo específico de iguaria feita com a coisa denotada pela raiz nominal”; se o sufixo se combina com o nome de uma entidade (frequentemente um ser animado), a interpretação será de “agrupamento arbitrário de entes do mesmo tipo do referido pela raiz nominal”. O problema para uma abordagem desta natureza é encontrar uma contribuição constante do sufixo *-ada* para tantos tipos diferentes – e aparentemente não relacionados – de significados. Além disso, há casos de raízes nominais que servem de base para mais de um dos tipos mencionados acima, o que põe em xeque a idéia de que o referente da raiz é o que define a interpretação da nominalização. Por exemplo, quando o nome de base é *peixe*, temos *peixada*, que descreve um prato feito de peixe (*teve uma peixada lá na casa do Pedro e eu fui*), *peixada*, *peixaiada* ou *peixarada*, que refere um agrupamento arbitrário ou grande quantidade de peixes (*a rede abriu e os peixes caíram no convés; era uma peixaiada que não tinha tamanho*) – e, em certos contextos, até mesmo golpe dado com um peixe (*ele pegou um bacalhau seco e deu uma peixada na cabeça do ladrão*).

Outra solução seria supor que existem quatro ou cinco sufixos *-ada* diferentes,

homófonos, com propriedades de seleção e semântica particulares. Por exemplo, o sufixo *-ada₁* contribuiria com: “prato ou artigo consumível tendo como ingrediente principal a entidade X referida pelo radical nominal”; o sufixo *-ada₂* contribuiria com: “agrupamento arbitrário ou grande quantidade de Y”, sendo Y a entidade denotada pelo nome mais encaixado; o sufixo *-ada₃* contribuiria com: “golpe dado com o objeto rígido denotado pelo nome Z”, e assim por diante. Essa proposta não sofreria dos males da anterior, pois os diversos *-adas* teriam definidas suas contribuições semânticas e não haveria problema em uma raiz nominal ocorrer com mais de um *-ada*, desde que sua semântica fosse compatível com as variantes selecionadas. Entretanto, uma abordagem com essa orientação simplesmente lista um conjunto de sufixos com a mesma pronúncia e não reconhece nenhuma relação (com exceção da homofonia) entre eles. Se essa relação existir, será puramente acidental ou histórica.

Além dos problemas inerentes às duas formas de análise aventadas acima, é preciso dizer que pelo menos uma das nominalizações não pode ser tratada como simples anexação de um sufixo a uma raiz ou radical: as nominalizações em *-ada* derivadas de verbo, como procurei mostrar em outro lugar (Medeiros (2008)), simplesmente não são nominalizações em *-ada*, mas nominalizações derivadas de participípios dos verbos de base (ver também Ippolito (1999)), para nominalizações semelhantes em italiano). Em Medeiros (2008) levantei a possibilidade de nominalizações em *-ada* como *paulada* ou *pedrada* também serem derivadas de formas “participiais” de “verbos” mais encaixados, o que, da mesma forma, exclui essas formas dos dois tipos de tratamento discutidos acima (ver Ippolito (1999)) para uma proposta na mesma linha). Neste artigo, procurarei mostrar que o mesmo vale para as nominalizações que se referem a itens comestíveis ou culinários (*goiabada* e *limonada*). Aqui, o “participípio” é a realização morfofonológica de um morfema/sufixo com contribuição aspectual (um *estado atingido*), mais encaixado, interno à própria nominalização, que se anexa diretamente a uma raiz acategorial (Marantz (1997)). Na abordagem seguida neste trabalho, a única forma derivada por sufixação *-ada* é a que denota agrupamento arbitrário ou grande quantidade de entidades. Esta, sim, tem um nome (raiz nominalizada, nos termos da Morfologia Distribuída) na base.

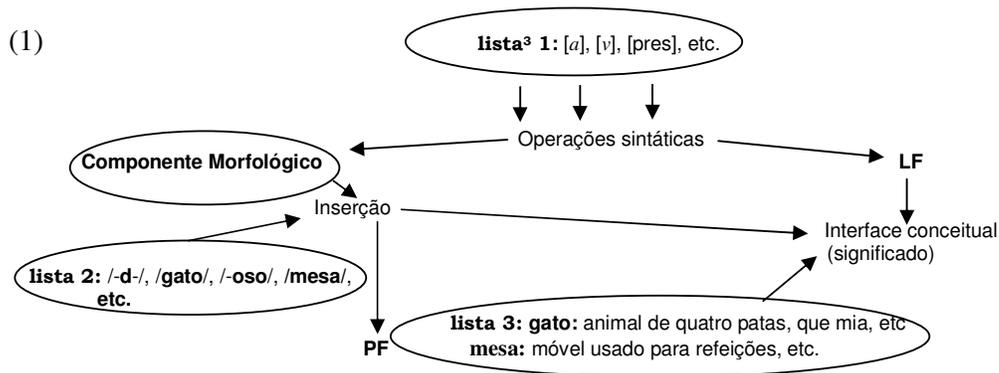
Ao longo do texto, adotarei o modelo da Morfologia Distribuída, que se vale de recursos importantes – como a subespecificação morfológica do vocabulário – para dar conta de casos em que a mesma forma pode ocorrer em contextos morfosintáticos diversos. Procurarei responder às seguintes perguntas no que segue:

- 1) Quais são as estruturas morfossintáticas das duas nominalizações discutidas aqui e como seus significados são produzidos a partir delas?
- 2) Como são especificados os itens de Vocabulário que realizam essas formas?

O texto tem a seguinte organização. Na seção 1, apresento brevemente o modelo da Morfologia Distribuída, ou, mais especificamente, sua versão por fases, em que as próprias “palavras” trazem dentro de si domínios cíclicos (Marantz (2001), Arad (2003), Marvin (2002)). Na seção 2 discuto, em linhas gerais, as nominalizações em *-ada*; nas subseções 2.1 e 2.2 proponho estruturas morfossintáticas para as formas em *-ada* investigadas e mostro por que é interessante uma abordagem por fases para elas, apresentando razões semânticas e fonológicas para tal. Por fim, a seção 3 traz algumas considerações gerais a respeito do tema e encerra o trabalho, enumerando questões não formuladas ao longo do texto – e, algumas, ainda carentes de resposta satisfatória.

1. A MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

A Morfologia Distribuída (Halle & Marantz (1993, 1994)) é uma versão radicalmente não-lexicalista da teoria de Princípios e Parâmetros, assumindo uma perspectiva minimalista (Chomsky (1993, 1995)) praticamente desde sua origem. Sua arquitetura baseia-se em três listas – a lista 1, ou *Léxico Estrito*, a lista 2, ou *Vocabulário*, e a lista 3, ou *Enciclopédia* (Marantz (1997)) –, e em três propriedades – a subespecificação dos itens do Vocabulário, a inserção tardia (pós-sintática) dos mesmos e uma certa continuidade entre estrutura sintática e estrutura morfológica, com a estrutura sintática definindo os domínios de aplicação de regras puramente morfológicas e fonológicas a seus nós (estrutura hierarquizada *All the Way Down*). O esquema a seguir (Harley & Noyer (1999)) permite visualizar a interação dos componentes da gramática neste modelo:



Aqui, a Lista 1 fornece as raízes⁴ e os feixes de traços morfossintáticos⁵ com os quais o sistema computacional operará, *concatenando*, *deslocando*, *copiando*. A computação começa com uma *numeração*, uma pré-seleção dos feixes e raízes (ou marcação de posição para as mesmas) que serão usados na derivação sintática. Durante a derivação, a informação contida nos nós resultantes das operações sintáticas é mandada para a Forma Lógica (FL) e para o componente morfológico do sistema computacional (a *Estrutura Morfológica*). No componente morfológico, outro conjunto de operações se aplica sobre os nós sintáticos, criando novos nós, apagando alguns, movendo nós, copiando traços, etc. Nos nós que resultam das operações morfológicas são, então, inseridos os itens do Vocabulário: fragmentos fonológicos contendo informação sintática e semântica necessária a sua inserção. A inserção dos itens do Vocabulário baseia-se em uma competição entre eles, regida pelo Princípio do Subconjunto (Halle (1997)), com o item contendo maior número de traços pareáveis com os traços do nó terminal sintático/morfológico ganhando a competição e sendo inserido. Depois da inserção dos itens do Vocabulário, as expressões são enviadas para a interface conceitual, e a informação contida na terceira lista, a *Enciclopédia*, é acionada. É na Enciclopédia que se listam os significados particulares das raízes, levando-se em

³ No esquema, *a* e *v* são morfemas/feixes de traços categorizadores de adjetivo e verbo, respectivamente; [pres] é o morfema abstrato de tempo presente, etc.

⁴ Se assumimos uma posição forte em relação à inserção tardia, o léxico estrito não fornece raízes, mas contêineres para as raízes, que serão inseridas, de fato, após as operações morfológicas (Marantz (1999)). Para uma visão contrária, em que as raízes podem entrar já na numeração com conteúdo fonológico, ver Embick (2000) e Embick & Halle (2004).

⁵ Os traços morfossintáticos usados por uma determinada língua constituem um subconjunto do alfabeto de traços disponibilizado pela Gramática Universal. Os feixes de traços são combinações particulares que as línguas fazem desses traços.

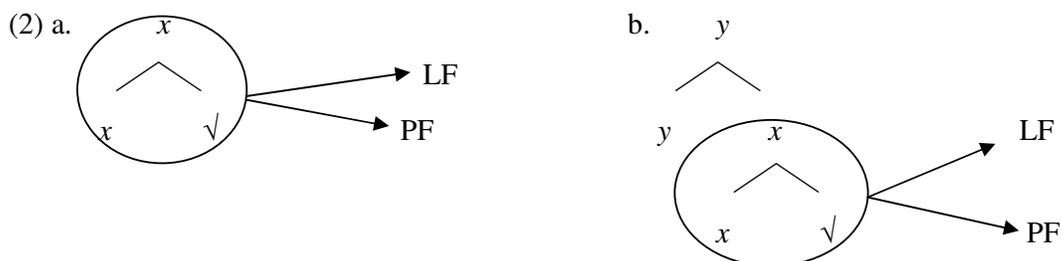
consideração os contextos sintáticos em que elas ocorrem.

Como se vê, a Morfologia Distribuída defende que a formação de palavras não está concentrada em um único componente da gramática; está, antes, “distribuída” entre vários componentes distintos: na sintaxe, através de operações que combinam traços sintático-semânticos e raízes, e nos componentes morfológico e fonológico, através de regras bastante particulares e dependentes de contexto.

1.1 DERIVAÇÕES POR FASES

Uma versão particularmente interessante desta teoria vem sendo desenvolvida por diversos autores (Marantz (2001), Arad (2003), Marvin (2002)). Nela, estende-se a idéia de fase (Chomsky (1999)) para o interior do que é tradicionalmente chamado de “palavra” ou unidade de nível zero da sintaxe. Ao contrário da proposta inicial de Chomsky, para tais autores as fases não são somente as proposicionais (vP e CP): sempre que um núcleo categorizador (*n*, *v*, *a*, etc.) é anexado a uma estrutura sintática, o irmão do núcleo categorizador é enviado para LF e PF, ficando, assim, inacessível a etapas posteriores da derivação. Ou seja, dentro das “palavras” também existem fases.

Como conseqüência, a primeira concatenação de morfema categorizador com uma raiz estabelecerá o ambiente para a determinação/negociação (consulta à Enciclopédia) do significado e de outras propriedades idiossincráticas da raiz (Marantz (2001)), como as fonológicas. Quaisquer núcleos anexados acima do primeiro categorizador têm que contar com significado e pronúncia da raiz já negociados, e só contribuem composicionalmente para o significado da “palavra” final. Os esquemas abaixo, tirados de Marantz (2001), ajudam a entender a idéia:



Em (2a), a raiz, irmã do morfema categorizador *x*, é enviada para as interfaces na fase definida por *x*, e recebe interpretação semântica (negocia seu significado no ambiente do categorizador *x*) e fonológica (negocia sua pronúncia no mesmo ambiente).

Qualquer morfema, inclusive um outro categorizador que determine fase, anexado acima da fase *x*, só terá acesso à borda desta fase – ou seja, no exemplo, só terá acesso ao próprio núcleo *x*, e não às propriedades da raiz. O núcleo *y* em (2b), portanto, não terá poder de negociar significado e pronúncia diferentes dos já negociados na fase anterior para esta raiz. E como, na Morfologia Distribuída, a raiz é de fato o *locus* da arbitrariedade saussureana, qualquer morfema anexado acima do primeiro categorizador não terá poder de introduzir significado enciclopédico na palavra, contribuindo somente com as significações veiculadas pelos traços sintático-semânticos que ele traz.

Observe-se o seguinte exemplo, com a palavra *derivacional*:

(3) [_{aP} [_{nP} [_{vP} deriv-a] cion] al].

Em (3), o significado verdadeiramente enciclopédico associado à palavra *derivacional* é negociado no primeiro ciclo ou fase, envolvendo a raiz e o verbalizador (onde, grosso modo, geramos o “verbo” *derivar*); a partir de então, tudo que se anexa à primeira fase é composicional: o nominalizador, que contribui com a categoria nominal simplesmente, informando-nos que se trata de um nome de uma eventualidade (descrita pelo verbo de base), e o adjetivador, que contribui com a categoria correspondente e acrescenta ao significado a noção de propriedade ou conjunto de propriedades associadas ao nome (de evento) mais encaixado.

Ao longo deste trabalho adotarei as propostas de Marantz (2001). Veremos que elas nos permitem explicar, de maneira elegante e natural, muitas propriedades das formas nominais investigadas neste trabalho.

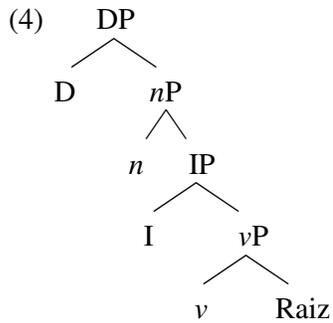
2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS NOMINALIZAÇÕES EM -ADA

Numa primeira aproximação, podemos separar as nominalizações em *-ada* em dois tipos, de acordo com suas propriedades semânticas: as que referem entidades e as que denotam eventos ou resultados de eventos. No primeiro conjunto estão as analisadas no presente artigo, pois têm como referente ou entidades do mundo (*limonada*, *goiabada*, *macarronada*) ou grupos de entidades (*rapaziada*, *mulherada*, *papelada*); no segundo conjunto, estão as que podem ser usadas em CVLs com o verbo leve *dar*, como *emagrecida* e *pedrada*, e alguns exemplos bem peculiares, como *cachorrada* (*youê fez a*

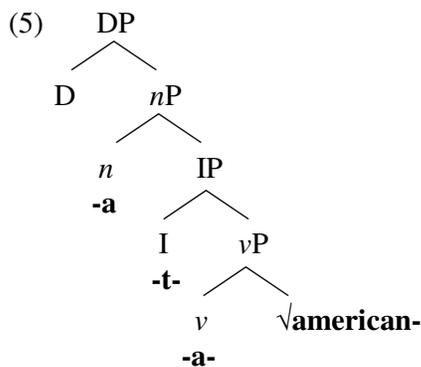
maior cachorrada comigo, hein!) e *noitada* (conjunto de eventos que ocorrem durante a noite), que não ocorrem nas CVLs mencionadas mas se referem a eventualidades ou conjuntos de eventualidades.

Segundo Ippolito (1999), as nominalizações em *-ada* que descrevem eventualidades envolvem um introdutor sintático de evento, um *v*, nos termos da Morfologia Distribuída. Isso fica particularmente evidente em casos como *emagrecida* e *dedetizada*, em que encontramos morfemas verbalizadores reconhecidos até mesmo pelas gramáticas tradicionais, como o *-ecer* incoativo e o *-izar* causativo. Em outros casos, como *pedrada* ou *paulada*, os verbalizadores não são visíveis, mas eu diria que seus efeitos podem ser sentidos. Postular um introdutor de evento em tais casos é uma maneira inteligente de lidar com o fato de que se trata de uma forma nominal com inevitável interpretação eventiva (de ação ou atividade) que, contudo, tem, aparentemente, como base não um verbo ou uma raiz associada a um verbo, mas o nome de uma entidade. O vizinho tem a função, pois, de introduzir um evento (golpe) que toma a entidade referida pela base como instrumento. Observe-se que nessas nominalizações a agentividade pode ser sentida. Por exemplo, num sintagma nominal como *a pedrada de João*, João só pode ser interpretado como agente da pedrada, não como possuidor deste evento (o que quer que isso seja) ou paciente dele. Ora, se os vizinhos podem ser incoativos ou causativos/agentivos (como é o caso de *-ecer* e *-izar*, respectivamente), a agentividade sentida sugere fortemente que em nominais como *paulada* há um vizinho causativo/agentivo, cuja realização fonológica é zero (ver Scher (2005)). Raciocínio semelhante pode ser desenvolvido para justificar a presença de um vizinho em *cachorrada* ou *burrada*, cujo uso, aliás, em construção com verbo leve (*fazer*) também é possível.

A abordagem de Ippolito sugere que todas as formas nominais em *-ata* no italiano sejam derivadas de participios de verbos mais encaixados. Em sua proposta há um item de Vocabulário *default*, o */t/* participial, que realiza (a não ser que haja algum outro mais especificado) núcleos flexionais mais baixos na árvore sintática, os que não são imediatamente c-comandados por C – chamados por ela de núcleos I *default*. Esses núcleos albergariam, tipicamente, traços de Voz e Aspecto. Então, para as nominalizações em *-ata* do italiano (todas eventivas), a estrutura morfossintática proposta é como em (4) abaixo:



Aqui, I[nflection] alberga traços que contribuem com a noção de telicidade⁶. Se a raiz se associa ao nome de um objeto rígido, a interpretação para (4) acima é a de golpe dado com tal objeto (*umbrellata* – guarda-chuvada); se a raiz se associa a um ente X humano, a interpretação é a de “ação ou conjunto de ações típicas de X” (*americanata* – ação típica de americanos); se a raiz for uma que normalmente ocorre em contexto verbal, então a interpretação é a de ocorrência singular do evento descrito pelo verbo na base. Enfeixado com os traços de aspecto em I, vem um traço de gênero, feminino, que licencia a ocorrência do *n* (nominalizador) mais alto e força a ocorrência da vogal temática /a/ sob este nó. O exemplo abaixo, com os itens de Vocabulário inseridos, o ilustra:



A idéia de que nenhuma das nominalizações em *-ata* é, de fato, uma nominalização em *-ata* – o que, com efeito, está sendo defendido acima – sai das seguintes observações, que valem também para o português, com alguns ajustes: (a) se, por exemplo, a vogal temática do verbo de base é /i/, a terminação deixa de ser *-ata* e passa a ser *-ita* (*dorm-i-ta*, por exemplo); (b) se a forma participial do verbo de base é irregular, com /s/ em vez de /t/, por exemplo, então a nominalização em *-ata* tem /s/, e

⁶ Em italiano, se pode dizer *gli ho dato una guardata cinque minuti* (dei-lhe uma olhada em cinco minutos), mas não **gli ho dato una guardata per cinque minuti* (dei-lhe uma olhada por cinco minutos).

não /t/: *correre* → *corsa*. Ou seja, a própria morfologia nos mostra que a nominalização em *-ata* é, de fato, uma nominalização cuja base é o particípio de um verbo. Em português, o mesmo se dá quanto a (a): se o verbo de base pertence à segunda ou à terceira conjugações, então a terminação não é *-ada*, mas *-ida*. Observe-se que as vogais temáticas da segunda e da terceira conjugações passam a /i/ no particípio passado dos verbos regulares nessa língua. No que concerne (b), o mesmo que ocorre no italiano se verifica no português se o verbo só tem a forma participial irregular. Vejam-se alguns exemplos que encontrei no Google:

a. *Conversaram por um momento, Raquel deu uma vista pela sala, fitando o monitor. Por um momento pensei que ela estivesse me vendo, mas desviou o olhar sem me...*

www.kaparra.kaparra.nom.br/raios_de_sol.htm.

b. *Mudando de assunto: Aproveitei que dei uma vinda em casa e troquei o Destaque...*

www.carpinter.net/blog/page/4/

c. *Fala galera, estou meio sem tempo mais (sic) vou dar uma escrita por aqui brevemente sobre o assunto PC-Chips...*

www.forumpcs.com.br/viewtopic.php?t=4855

Em Medeiros (2008) defendo que a abordagem de Ippolito deve ser estendida para o português, com alguns pequenos ajustes. Na nossa língua, o item de Vocabulário participial *default* é o /d/, não o /t/⁷, e as nominalizações que denotam “golpe dado com o objeto X” têm como base um nome mesmo (uma raiz nominalizada por *n* – ver Marantz (1999, 2001)), e não a raiz acategorial tipicamente associada a um nome (o nome *pedra* e não somente sua raiz em *pedrada*, por exemplo; ver Scher (2005) para uma discussão importante sobre o assunto)⁸. Ademais, traços de telicidade albergados pelo I em (5) seriam problemáticos para certos usos das nominalizações em *-ada* no português (por exemplo, *ele deu uma caminhada no calçadão da praia por alguns*

⁷ Este item é mais especificado no português, ocorrendo em alguns contextos, como o das raízes dos verbos *ver* (vista) e *dizer* (dito), por exemplo.

⁸ Importante esclarecer a origem do /a/ antes do /d/ em nominalizações como *pedrada*. Assumindo que sob o *v* em (5), na Estrutura Morfológica, um nó temático (de vogal temática) é inserido, e que nos casos discutidos nesta seção a vogal temática inserida é a *default* no português (e provavelmente também no italiano), *-a-*, para verbos, fica explicada a “terminação” *-ada* em todas as nominalizações eventivas derivadas de nome: a vogal temática do verbo, *-a-*, mais o item participial, *-d-*, mais a vogal temática da própria nominalização, *-a*.

minutos), e, portanto, substituo esta noção pela de perfectividade, que encerra temporalmente a eventualidade descrita pelo verbo mais encaixado sem que, entretanto, isso necessariamente envolva o alcance de um telos⁹ (ver Bertinetto (2001) para uma discussão importante sobre a diferença entre perfectividade e telicidade).

A abordagem de Ippolito, entretanto, deixa de lado casos como *limonata* (limonada), que ela diz serem simplesmente itens lexicais listados, armazenados na memória. Não me parece ser esse o caso em português. Como falante nativo posso dizer que, se ouço um nominal em *-ada* cujo radical refere algo comestível, imagino que se trata de algo também consumível cujo ingrediente principal é tal entidade, mesmo que nunca tenha ouvido a palavra antes. *Limonada*, *laranjada* ou *bananada* não são, portanto, simplesmente um conjunto de itens listados, não analisados, memorizados. No que diz respeito às formas nominais cuja interpretação é a de coletivo ou agrupamento arbitrário, a abordagem de Ippolito tampouco teria algo a dizer, uma vez que a interpretação de tais nominalizações (ou de algo semelhante a elas) em italiano é totalmente outra: como vimos acima, *americanata* não quer dizer “agrupamento arbitrário ou grande quantidade” de americanos. A coisa mais próxima que encontrei, no português, da típica interpretação de tais nominais no italiano ocorre em palavras como *palhaçada* ou *cachorrada*, que são bastante idiomatizadas.

Mas será que alguns aspectos das propostas acima, com os devidos ajustes, não servem para tratar também de formas nominais em *-ada* que denotam entidades – as que são o objeto de estudo nesse artigo? O que proporei a seguir é que, no caso de *limonada* e *laranjada*, alguns recursos da abordagem de Ippolito podem ser aproveitados, sim (como a subespecificação do item de Vocabulário participial /d/, a existência de núcleos I *default*, etc.); no caso de *rapaziada* e *papelada*, não.

2.1 LARANJADA, GOIABADA, LIMONADA, PEIXADA...

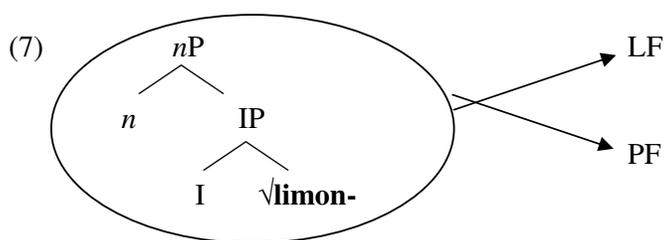
A primeira nominalização em *-ada* de que tratarei aqui é a associada a nomes de pratos, bebidas e outras iguarias culinárias, feitos com a matéria-prima que as raízes

⁹ De fato, autores como Basso (manuscrito não publicado) defendem que a nominalização em *-ada* envolve uma detelicização, o que explica sua típica interpretação de incompletude ou diminutivização. Em Medeiros (2008) mostro que a detelicização é um mecanismo muito forte, e proponho que a freqüente interpretação de incompletude ou diminutivização decorre de uma relação indireta (mediada pela preposição *em* na CVL) entre a nominalização e o seu suposto complemento. Aqui, o suposto complemento não é medida da eventualidade descrita pela nominalização, e, portanto, o evento não necessariamente alcança seu telos.

desses substantivos denotam. Essas formas nominais referem objetos/entidades no mundo que são estados particulares de tais ingredientes, resultado de um conjunto de procedimentos específicos. Por exemplo, ao final de um conjunto de combinações de ingredientes e procedimentos particulares (e só podem ser estes ingredientes e procedimentos), goiabas passam a ser uma outra coisa, um doce chamado *goiabada*. Em (6) listo alguns exemplos¹⁰.

(6) *goiabada, bananada, rabada, macarronada, feijoada, limonada, laranjada, marmelada, peixada, buchada, galinhada, etc.*

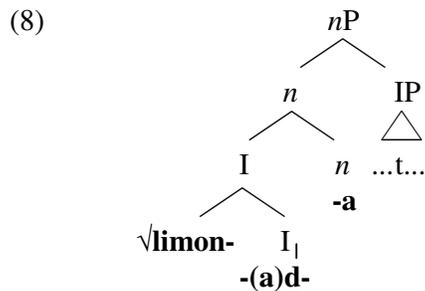
A estrutura que proponho para essas nominalizações é a apresentada em (7) abaixo, para *limonada*. No esquema, o primeiro núcleo categorizador é o *n* anexado ao IP, e, portanto, segundo Marantz (2001) e Marvin (2002), a estrutura só é enviada para as interfaces quando este morfema se combina com a estrutura:



Em (7), o núcleo I deve albergar algum traço aspectual ([estado]; ver Embick (2001)) que, nesse contexto, converte em estado algumas propriedades de entidade tipicamente associadas a tais raízes. A forma nominal final, com efeito, refere uma entidade que é um estado atingido (alvo) do ingrediente principal. Teríamos aqui, portanto, algo que, em termos estruturais, é como uma passiva de estado alvo (Parsons (1990), Kratzer (1999), Embick (2001), Marantz (2001), Medeiros (2008), entre outros) no interior da nominalização em *-ada*. Esse núcleo I, flexional, não traz traços de categoria gramatical, como ocorre nos feixes *n*, *v* ou *a – e*, portanto, não fecha um ciclo ou fase, segundo Marvin (2002). O único traço nominal que vem enfeixado com ele é o traço [feminino], exatamente como em *paulada* ou *emagrecida*, discutidos anteriormente. É no *nP* mais alto, como mostra o esquema (7), que a fase é fechada e o significado e a pronúncia da raiz são estabelecidos ou negociados. Observe-se que esta

¹⁰ Uma coisa importante a ser dita é que esta forma nominal é menos produtiva que os nomes de coletivo ou agrupamento (*rapaziada*), de que trataremos a seguir.

negociação não se dá somente com o categorizador *n*, como seria no nome *limão* (ver (11) abaixo); há a interferência de um outro morfema, que contribui com significado, e que, como se verá a seguir, tem efeito na maneira como a raiz é pronunciada em tal contexto. O esquema (8) abaixo apresenta a estrutura morfológica de (7), já com os itens de Vocabulário inseridos.



Algumas coisas devem ser explicadas sobre (8). Em primeiro lugar, como o núcleo I não é imediatamente c-comandado por um C, ele é um núcleo *default* (ver Ippolito (1999) e Medeiros (2008b)). Em Medeiros (2008b), proponho as seguintes regras para a inserção de itens de Vocabulário em núcleos flexionais *default* no português:

(9) Regras de inserção de itens de Vocabulário nos núcleos I *default*:

/nd/ ↔ [imperfectivo]

/t/ ↔ []/ X ___, onde X = {escrev(er), faz(er), diz(er), etc.}.

∅ ↔ []/ X ___ [gênero, número], onde X = {ganh(ar), aceit(ar), etc.}.

/s/ ↔ []/ X ___ [gênero, número], onde X = {exprim(ir), imprim(ir), etc.}¹¹.

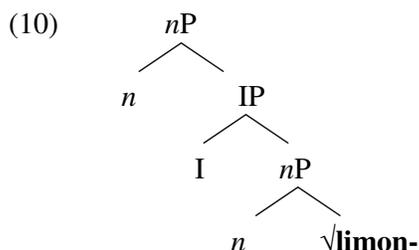
/d/ ↔ [].

Uma vez que o traço albergado por I em (8) não é [imperfectivo] e as raízes envolvidas nas construções estudadas aqui não pertencem a qualquer das listas de raízes em (9), então o único item que pode ser inserido no nó I é o /d/.

A pergunta que pode ser colocada pelo leitor neste momento é: por que em (7)

¹¹ Ou seja, o /s/ e o ∅ realizam I para essas raízes no contexto de adjetivo (*sua idéia está expressa no papel*) e de Voz passiva (*sua idéia foi expressa no papel*). Nos dois casos, a concordância de fato acontece, com os traços ϕ do DP sujeito copiados no AGR – não se trata, portanto, da concordância *default*, sem traços ϕ , do particípio nos tempos verbais do português.

não há um nome na base – uma raiz concatenada com o nominalizador *n*? Algo como em (10), por exemplo, em que um núcleo I é concatenado com um *nP*? Farei algumas considerações relevantes nos parágrafos a seguir e retomarei a pergunta no final da seção.



Uma observação importante feita em Scher (2005), já discutida no início desta seção, é que as nominalizações em *-ada* que denotam “golpe dado com o objeto X” são derivadas de nomes (uma raiz acategorial concatenada com um nominalizador – o nome do instrumento usado para golpear), não de raízes puras. Então, a palavra *pedrada* tem um ciclo/fase mais encaixado, o *nP* *pedra*. Como na primeira fase a raiz de *pedra* já foi enviada para as interfaces, a *Condição de Impenetrabilidade da Fase* não permite que fases mais altas, como o *v* ou o segundo *n* da nominalização *-ada* (ver (4)), tenham acesso a ela – e isso impede que seus significado e pronúncia sejam renegociados e modificados em outras etapas da derivação. O principal teste apresentado por Scher para justificar suas conclusões foi originalmente proposto por Kiparsky (1982)¹² e amplamente usado por Arad (2003). Em sentenças como (11),

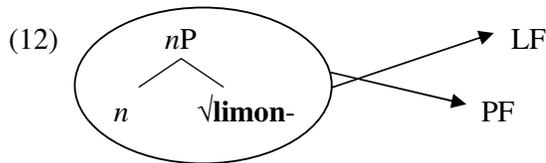
(11) *Pedro deu uma *pedrada* no ladrão *com um tijolo*,

a incongruência semântica é explicada do seguinte modo: como há um nome na base (formado na primeira fase), a interpretação de *pedrada* tem que levar em conta o instrumento *pedra*, e não alguma outra coisa como um tijolo, por exemplo. Mas esse mesmo teste não falharia para certos verbos que aparentemente derivam de nomes mas não necessariamente implicam os referentes desses nomes? Por exemplo, o verbo *martelar* pode ser usado sem problemas em sentenças como *João martelou o prego com uma pedra*. O que está acontecendo aqui? A explicação de Kiparsky/Arad é a seguinte:

¹² Apud Scher (2005).

um verbo como este é derivado da raiz de *martelo*, não do nome *martelo*. Ou seja, como o verbo não traz dentro de si o nome *martelo*, não é preciso que a atividade que ele denota envolva o instrumento referido por este nome – o verbo derivado diretamente da raiz refere simplesmente um tipo específico de atividade, não uma atividade que envolva um instrumento específico¹³.

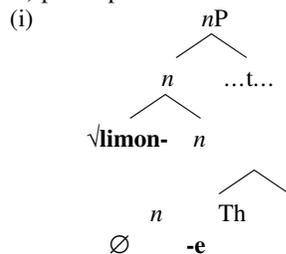
Além do teste de Kiparsky/Arad, existem algumas interessantes propriedades fonológicas que nos levam às mesmas conclusões que as de Scher sobre nominalizações em *-ada* como *pedrada*, e mostram mais argumentos em favor de uma abordagem cíclica para a derivação de palavras. Qualquer falante de português sabe que se estivermos interessados em comunicar que João atirou ou bateu com um limão em Pedro, diremos (apesar de a situação ser bastante incomum e, por conseguinte, o uso de tal forma bastante raro) que *João deu uma limãozada em Pedro*, e não que *João deu uma limonada em Pedro*. Por quê? A resposta é a seguinte: a primeira fase na palavra *limãozada* compreende a concatenação direta da raiz $\sqrt{\text{limon-}}$ e um *n*. Nessa etapa, como mostra (12) a seguir, um ciclo é fechado e a derivação é enviada para as interfaces fonológica e semântica:



Em algum ponto da derivação para a forma fonética, os itens de Vocabulário são inseridos¹⁴ e, posteriormente, um conjunto de regras fonológicas (ordenadas, à maneira

¹³ O fato de *martelar* não ser derivado de nome explica por que é possível dizer *João deu uma martelada no prego com uma pedra*. Aqui, a nominalização não toma o nome *martelo* como base, mas o verbo *martelar* – o qual, como vimos, não deriva do nome *martelo*. Logo, *martelada*, quando derivada do verbo *martelar*, não tem que levar em conta o instrumento *martelo* na interpretação.

¹⁴ É possível que um nó de vogal temática seja inserido sob *n*, e, nesse nó, seja inserido o item de Vocabulário /e/ (*limon+e*). A presença dessa vogal explicaria o plural *limões*. Assim, a primeira das regras em (13), de fato, seria uma apócope do /e/. O exemplo (i) abaixo ilustra a estrutura morfológica (com os itens inseridos) para a palavra *limão*.



do SPE¹⁵) se aplica sobre a seqüência final de segmentos da raiz, /on/:

(13) /limon/ → **nasalização da vogal** → [limõn] → **queda do n** → [limõ] → **desarredondamento do õ** → [limã] → **inserção de ω** → [limãω] → **assimilação da nasalidade por ω** → [limãõ] → **alçamento da vogal nasal ã** → [limãõ].

Outras etapas da derivação de *limãozada*, como a anexação de *v* e, posteriormente, do núcleo aspectual I (ver (4)) terão que levar em conta os processos descritos em (13), pois a raiz, no momento da anexação daqueles morfemas à estrutura, já fora enviada para a interpretação nos componentes fonológico e semântico. Portanto, não dá para ser *limonada* – tem que ser *limãozada*!

Voltando à questão formulada acima: por que *limonada* não é derivada do nome *limão* na minha análise? Por que não (10)?

Vimos, por meio de testes semânticos (Kiparsky/Arad), que palavras como *pedrada* e *limãozada* são derivadas de nomes – têm, portanto, na abordagem aqui assumida, uma fase mais encaixada, onde a base nominal é formada. Vimos também que há evidência fonológica disso: os processos em (13), posteriores à inserção dos itens de Vocabulário, para a palavra *limão* dentro de *limãozada*. Ora, em *limonada* a raiz preserva sua forma original – ou seja, os processos que convertem a seqüência nasal final /on/ em [õ] não ocorrem. Por quê? Uma maneira de explicar isso é dizer que a presença do núcleo I em (8), impedindo a concatenação direta da raiz com o nominalizador, faz com que o que chegue ao componente fonológico, onde os processos em (13) deveriam ocorrer, não seja /limon/, mas algo como /limon(a)da/. O fato de a seqüência /on/ não ser a final provavelmente impede a aplicação da regra que, por exemplo, apaga a consoante nasal /n/, interrompendo todo o resto do processo. Observe-se que isso vale para outras palavras em *-ada* cuja raiz tem a mesma seqüência final: *macarronada* e *feijoada*, por exemplo. Aqui, mais uma vez, a explicação é a presença do item /d/ que interfere em alguma etapa de (13).

Antes de terminar a seção, gostaria de fazer duas considerações sobre as propostas aqui apresentadas. A primeira é sobre a aplicação do teste de Kiparsky/Arad a esses nomes. Sua previsão é: como a forma em *-ada* estudada nesta seção não é derivada de um nome, mas de uma raiz, então não necessariamente a interpretação final

¹⁵ A derivação em (13) é inspirada na derivação da palavra *leão* proposta por Callou & Leite 1990. A sigla SPE designa o livro *The Sound Pattern of English*, de Chomsky e Halle (1968).

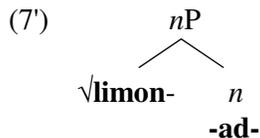
da expressão em *-ada* vai levar em conta o referente do nome formado a partir de tal raiz. Ora, se isso é verdade, não encontraríamos por aí coisas como *marmelada de banana*, *bananada de goiaba* e *goiabada de marmelo*? Mas esses doces a gente sabe que só existem no Sítio do Pica-Pau Amarelo... Isso quer dizer, então, que, pelo teste de Kiparsky/Arad, as nominalizações em *-ada* desta seção são derivadas de nome, e não de raízes? Se sim, não há conflito entre as evidências fonológicas discutidas acima e o teste semântico? Qual das duas evidências é a mais confiável? Em meio a esta contradição, como justificar a análise proposta em (7)?

A resposta para a primeira pergunta (e para as seguintes) é: o fato de não existir *marmelada de banana* não significa que o teste de Kiparsky/Arad está apontando para uma derivação de base nominal. Haver um nome de uma entidade na base acarreta que a interpretação final de uma palavra derivada leve em conta o referente desse nome. Mas a recíproca desta afirmação não é verdadeira. É possível que existam palavras derivadas cujas interpretações levem em conta as entidades tipicamente associadas a suas raízes sem que, no entanto, tais palavras sejam *denominais*. Ou seja, nada impede que todas ou quase todas as nominalizações em *-ada* do tipo estudado nesta seção levem em conta, na sua interpretação, a entidade tipicamente associada a sua raiz, mesmo não sendo *denominais*. E eu disse *quase* porque há casos em que outros ingredientes “principais”, introduzidos por adjuntos, podem co-ocorrer com tais palavras¹⁶. Por exemplo, para mim é possível dizer *feijoada de lentilha* quando se quer dizer que a lentilha foi feita com o mesmo conjunto de procedimentos e ingredientes (com exceção do feijão) de uma feijoada típica. Tampouco seria tão estranho fazer uma feijoada tendo o grão-de-bico como seu ingrediente principal. Desde que o grão escolhido tenha certas características compartilhadas com o feijão, é possível fazer uma feijoada tendo como principal ingrediente tal grão¹⁷. Portanto, não há conflito entre o teste de Kiparsky/Arad e as evidências fonológicas apresentadas aqui – e tampouco há contradição entre evidências semânticas e fonológicas que inviabilize (7).

A segunda consideração diz respeito à estrutura proposta em (7). Trata-se de uma resposta para uma possível pergunta que o leitor atento deve ter feito a si mesmo: por que tais nominalizações não envolvem uma simples anexação de um *-ada* à raiz, algo como (7') abaixo?

¹⁶ O que acaba sendo, segundo o critério de Kiparsky/Arad, evidência em favor de uma abordagem como (7).

¹⁷ Mas, alguém pode dizer, será que lentilha não é considerada pelos falantes como um tipo de feijão? Mesmo que isso seja verdade, não coloca em xeque a abordagem proposta em (7), como foi mostrado.



Eu diria que não há muita diferença entre (7) e (7'), pois o *n* em (7') deverá conter os mesmos traços sintático-semânticos que estão espalhados pelos morfemas I e *n* em (7), e, da mesma forma, há somente uma fase envolvida na derivação. A estrutura (7), entretanto, é superior a (7') por razões internas às propostas deste artigo e de trabalhos anteriores (ver Medeiros (2008)): ela explicita que a relação entre este *-ada* e os outros (eventivos) não é de mera homonímia – trata-se do mesmo item de Vocabulário, o participial /d/, envolvido em todas elas por razões bem fundamentadas.

2.2 RAPAZIADA, MOÇADA, NEGRADA, PAPELADA...

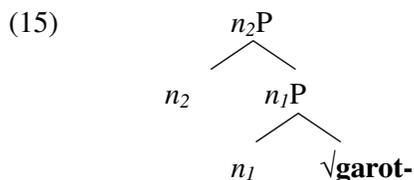
O outro grupo de nominalizações em *-ada* de que quero tratar neste pequeno artigo é caracterizado pelos exemplos em (14) a seguir. Todos eles trazem o significado bem regular de coleção, agrupamento arbitrário de grande quantidade ou algum tipo de coletivo das entidades cujas propriedades são compatíveis com a semântica dos possíveis nomes de base. Essa nominalização é bastante produtiva, gerando inúmeros exemplos:

(14) *garotada, passarada, estudantada, mulherada, molecada, rapaziada, macacada, meninada, criançada, crioulada, negrada, judeuzada, estrangeirada, moçada, mendigada, italianada, chinesada, japonesada, papelada, peixaiada, bicharada, dinheirada, etc.*

Em todos os casos acima, os nomes dão a idéia de agrupamentos grandes, arbitrários, como em *passarada, papelada* ou *dinheirada*, algumas vezes associados a alguma tipologia social ou racial (grupos marcados), quase sempre carregada de preconceito, como em *judeuzada* ou *crioulada*. É muito comum que essas expressões

sugiram alguma malícia de julgamento em relação ao grupo de que se fala¹⁸. Curiosamente, existe um outro tipo de construção, bastante semelhante, sugerindo também a idéia de coletividade ou agrupamento maior. Nos casos de *alunado*, *professorado* ou *eleitorado*, a única diferença formal parece ser a de que estes substantivos são masculinos; semanticamente, estes agrupamentos não são arbitrários, nem há malícia envolvendo o significado da expressão. São as instituições que reconhecem um grupo de pessoas, com determinadas funções e características, que constitui o *eleitorado brasileiro*, por exemplo. Vou assumir que estes últimos casos são idênticos, do ponto de vista morfológico, aos casos anteriores, ainda que não sejam produtivos como aqueles.

Minha proposta de estrutura morfossintática para essas formas nominais é a seguinte:

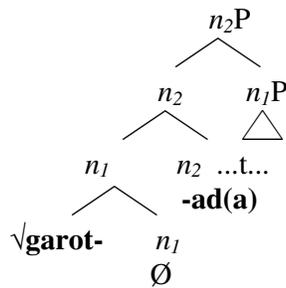


Em (15), segundo Marvin (2002) e Marantz (2001), teríamos dois ciclos/fases: no primeiro, definido por n_1 , a estrutura é mandada para as interfaces e significado e pronúncia da raiz $\sqrt{\text{garot-}}$ são negociados. No segundo ciclo, portanto, a raiz não é mais acessível, e o significado final vai ter que contar com o tipo de referente estabelecido na primeira fase para a raiz. Mas que traços sintático-semânticos traz o cabeça da fase mais externa, o n_2 ? Suponhamos que n_2 seja mais que um mero criador de categoria nominal ou fronteira de fase, mas tenha propriedades/traços associados à noção de quantidade. É como se houvesse, enfeixado com esse núcleo, um quantificador abstrato, algo como *muito*, que toma o referente do nome de base e opera sobre ele. Isso explica a típica interpretação atribuída a estas nominalizações – a interpretação de agrupamento com muitos indivíduos do tipo referido pela base nominal.

Em (16) abaixo, apresento a estrutura morfológica para (15), já com os itens de Vocabulário inseridos:

¹⁸ Observe-se que raízes de nomes/adjetivos que não se associam a grupos alvo de preconceito não se enquadram bem aqui. Por exemplo, *branco* não serve de base para a nominalização correspondente: *?brancada*. A expressão fica bem melhor quando usamos um nome pejorativo como base: *branquelo* – *branquelada*.

(16)



Em (16), sob o nominalizador mais alto é inserido, na Estrutura Morfológica, um nó de vogal temática, realizado por /a/ (o *a* entre parêntesis). A inserção de /a/ é motivada pela presença de um traço de gênero feminino que faz parte do núcleo n_2 . Portanto, segundo as idéias desenvolvidas neste artigo, a única nominalização em *-ada* que realmente existe na língua é essa – quero dizer, a única que, de fato, envolve um sufixo *-ada*.

Proponho que o item de Vocabulário que realiza este sufixo tenha a seguinte especificação:

(17) /ad/ ↔ [n, MUITO]/ X ____, onde X = RAIZ+n

A palavra MUITO, aqui, em letras maiúsculas, é uma maneira bastante imprecisa de representar o traço ou conjunto de traços enfeixados em n_2 que funcionam mais ou menos como o quantificador *muito* que encontramos tipicamente em sintagmas determinantes. Observe-se que sufixos que contribuem com a noção “grande quantidade de” não são novidade. Em palavras como *aguaceiro* e *lamaçal*, *-eiro* e *-al* dão esta contribuição à interpretação do nome. É preciso olhar com mais cuidado os últimos sufixos, mas parece que eles preferem se anexar a nomes de entidades massivas, enquanto o sufixo *-ada* discutido aqui não restringe ninguém – encontramos *garotada*, com nome de entidade contável na base, e *cervejada*, com nome massivo na origem.

Nesse momento, duas perguntas podem estar ocorrendo ao leitor. A primeira é: por que dizer que existe um n_2 anexado acima do n_1 que forma o nome de base? Por que não pensar que se trata de elemento adjungido ao n_1 , que modifica o nome de base, como é o caso dos diminutivos, por exemplo (ver Bachrach e Wagner (2007)), ou algo como um “plural”, que não muda a categoria da base? A questão é que, se assim fosse, o gênero do nome de base permaneceria no final da derivação, como ocorre nos

diminutivos e nos plurais; vejam-se *garotinho* e *garotinha*; *garotos* e *garotas*. Na proposta acima é o n_2 que estabelece o gênero da palavra em *-ada* – o gênero *feminino*, independentemente do gênero do nome da base. Ou seja, n_2 traz seus próprios traços ϕ . Por exemplo, *dinheiro* é masculino, inerentemente; já *dinheirada* é feminino, sempre. O gênero introduzido pelo nominalizador mais alto é o que prevalece.

A outra pergunta é: por que estou assumindo uma derivação na qual há um nome na base, e não uma raiz, como em (7)? Gostaria de propor a seguinte situação para explicar isso. Suponhamos que alguém – o João – entra num galpão cheio de limões, que vão ser distribuídos em supermercados. Ele fica tão impressionado que, quando vai contar o que viu a um amigo, diz: *era uma lim...ada que não tinha fim!* Que expressão seria mais feliz: *limonada* ou *limãozada*? Para mim, certamente a segunda; ou qualquer coisa parecida, em que a palavra *limão* – e não a raiz *limon* – desponta. E se minha intuição está correta, e as propostas defendidas neste artigo também, isso quer dizer que há uma fase mais encaixada, sobre cuja raiz, após o *spell-out*, a partir de um ponto da derivação para a forma fonética, as operações em (13) se aplicam.

Outra evidência de que a derivação é denominal pode ser encontrada em palavras como *judeuzada*. Observem-se as palavras *judeu*, *judia*, *judaico*, *judaísmo*, etc. Ao que parece, a raiz da palavra tem a rima mudada de acordo com o contexto morfológico em que está. Por exemplo, se se trata de um nome feminino, a rima é *-i* (a vogal temática *-a* é inserida na morfologia em decorrência da presença do traço feminino enfeixado no nominalizador); se se trata de um nome masculino, a rima é um ditongo decrescente, *-eu*¹⁹; se estamos no contexto de um formador de adjetivo, *-ic-*, a rima é *-a*, e assim por diante. Ora, se a nominalização é *judeuzada* e não *judazada* ou *judada*, então o nome *judeu*, masculino, é o que está na base, e não uma raiz que não tem traços próprios de gênero²⁰.

Outras evidências morfológicas encontramos em *estudentada*, onde o sufixo nominal *-nte* está presente, ou *limonadada* (grande quantidade de limonada), em que há o nome *limonada* mais encaixado. Assumindo uma teoria realizacional (como a Morfologia Distribuída), esses exemplos mostram que é impossível escapar de uma derivação denominal para as formas em *-ada* analisadas nesta seção.

¹⁹ Talvez a rima seja *-e*, e o ditongo decorre de processos fonológicos aplicados à combinação raiz + vogal temática *-o*. Isso, entretanto, não traz problemas aos argumentos que apresento aqui.

²⁰ Mas então por que *garotada* não é *garotoada* ou *garotozada*? Acho que a explicação aí é fonológica: o glide do ditongo decrescente em *judeu* não pode ser apagado no contexto do sufixo *-ada*, e é preciso entrar uma consoante entre o nome *judeu* e o sufixo. A vogal temática *-o*, por outro lado, em nomes como *garoto*, é apagada ou mudada no contexto desse sufixo.

3. CONCLUINDO: PERGUNTAS FORMULADAS E NÃO-FORMULADAS, RESPONDIDAS E NÃO-RESPONDIDAS

Neste artigo me propunha a responder as seguintes questões, retomadas da introdução:

- 1) Quais são as estruturas morfossintáticas das duas nominalizações discutidas aqui e como seus significados são produzidos a partir delas?
- 2) Como são especificados os itens de Vocabulário que realizam essas formas?

Respondendo:

1. A estrutura morfossintática de nominalizações como *limonada* é (7), onde um núcleo aspectual estativo toma uma raiz acategorial diretamente e essa estrutura “flexional” é nominalizada posteriormente. Razões fonológicas e semânticas foram apresentadas para justificar essa abordagem, em que há uma espécie de anexação “mais baixa” do categorizador. Já a estrutura morfossintática de nominalizações como *garotada* é a apresentada em (15), onde há um nome na base e um segundo nominalizador mais alto, com contribuição semântica indiscutível e bastante importante.

2. As regras de inserção para os itens de Vocabulário encontrados em ambas as estruturas estão formuladas em (9) e (17). Conclui-se delas que a única nominalização que é verdadeiramente uma nominalização em *-ada* é a última, regida pela regra (17). As outras seguem a regra (9), que, na verdade, insere um item de Vocabulário participial, bastante subespecificado, encontrado em contextos bem variados.

Evidentemente, há inúmeras questões que não foram respondidas. Algumas já foram formuladas em notas de rodapé neste artigo. Outras são muito mais sombras do que perguntas, para as quais ainda nem tenho uma formulação. Uma das perguntas que não foram colocadas em nota, mas para a qual tenho uma formulação é: se a proposta em (7) e (8) está correta, de onde vem a vogal [a] que ocorre antes do /d/ participial e que forma sílaba com o /n/ final da raiz em *limonada*? Não sei responder essa pergunta – mas também, confesso, não me preocupei devidamente com ela. A esperança é de que exista alguma regra fonológica ou morfológica que insira esta vogal lá. Outra pergunta,

bem parecida com essa, é: o que insere (ou por que se insere) o tepe [r] em *bicharada* ou o glide [y] em *rapaziada* e *peixaiada*? Também não sei como respondê-la de uma maneira que me satisfaça plenamente. Dizer que, na PF, ali se introduzem essas consoantes para evitar algum choque de vogais me parece insuficiente. Deixo tais questões para pesquisas futuras ou para o leitor que deseje embarcar nessa discussão.

Para finalizar, gostaria de dizer algumas coisas sobre a única nominalização que é, segundo o que foi defendido aqui, verdadeiramente uma nominalização em *-ada*. Uma pergunta que ficou sem formulação e sem resposta na seção 2.2 acima foi: o que explica a homonímia entre esta nominalização em *-ada* e as “falsas” nominalizações em *-ada*? Por que elas são tão “parecidas”? A resposta que vou dar é pura especulação; é preciso que a hipótese seja verificada num estudo diacrônico bem conduzido. Creio que essas nominalizações vieram de uma reanálise de formas como *americanata* do italiano – ou seja, de nominalizações de particípio passado que envolviam uma raiz associada a um ente animado verbalizada numa fase mais encaixada. Nesta construção hipotética, a raiz funcionava como o modificador adverbial de um *v* introdutor de evento ou atividade; o I (ver (4)) introduzia um traço aspectual que encerrava o evento em um intervalo de tempo, singularizando-o. A leitura resultante, portanto, era: nome de ação típica de uma entidade associada à raiz. Observe-se que o português, como já mencionado acima, tem tais construções, raras e normalmente bastante idiomáticas: *cachorrada*, *palhaçada*, *burrada*, *caipirada*, *cafajestada*, etc. A proposta é que a reanálise envolveu uma mudança de interpretação: “ação ou conjunto de ações típicas de um ente X” se converteu em “conjunto (grande) de X”. Com a mudança de significado, foi possível surgir palavras como *papelada* ou *dinheirada* – quando a interpretação passou a ser “conjunto de entidades referidas pela raiz”, a raiz não mais precisava ser uma associada a nomes de seres animados. Esta possível origem talvez explique até mesmo o fato de que encontramos com muito mais frequência tais nominalizações com nomes de entes animados na base. A homonímia, portanto, teria uma razão histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARAD, Maya. “Locality Constraints on the interpretations of roots: the case of Hebrew denominal verbs”. Disponível em: <http://web.mit.edu/~marantz/Public/>.

- Baixado em: 20/09/2004. (2003).
2. BACHRACH, Asaf & Michael Wagner. “Syntactically Driven Cyclicity vs. Output-Output Correspondence: The Case of Adjunction in Diminutive Morphology”. Ms. MIT/Cornell University, 2007.
 3. BASSO, Renato Miguel. “‘Dar uma X-ada’ e predicados incrementais: o que podem dizer sobre telicidade”. Manuscrito não publicado, UNICAMP.
 4. BERTINETTO, Pier Marco. “On a frequent misunderstanding in the temporal-aspectual domain: The ‘Perfective = Telic Confusion’”. Disponível em http://alphalinguistica.sns.it/QLL/QLL00/PMB_misunderstandings.pdf. Baixado em 12/04/2007.
 5. CALLOU, Dinah e Yonne Leite. *Iniciação à Fonética e à Fonologia*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1990.
 6. CHOMSKY, Noam. “A Minimalist Program for Linguistic Theory”. In Hale, K and S. J. Keyser eds., *The View from Building Twenty 20*. MIT Press: Cambridge, 1993.
 7. CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. MIT Press: Cambridge, 1995.
 8. CHOMSKY, Noam. “Derivation by Phase”. Texto datilografado, MIT, 1999.
 9. EMBICK, David. “Participial Structures and their Morphological Realization”. (2001) Handout disponível em: www.vivaldi.sfs.nphil.unituebingen.de/~monika/Konferenzen/workshop1/embick.pdf. Acesso em 22/08/2003.
 10. _____. “Features, syntax, and categories in the Latin perfect” *Linguistic Inquiry*, v. 31, p. 185-230, 2000.
 11. _____ & Morris Halle. “On the Status of *stems* in Morphological Theory”. Disponível em <http://www.ling.upenn.edu/~embick/stem.pdf>. Baixado em 13/05/2004 (2004).
 12. HALLE, Morris & Alec Marantz. “Distributed Morphology and the Pieces of Inflection”. In *The View from Building 20*, ed. Kenneth Hale and S. Jay Keyser. MIT Press, Cambridge: MIT Press, p. 111-176, 1993.
 13. _____. “Some key features of Distributed Morphology”. *MIT Working Papers in Linguistics, vol. 21: Papers on phonology and morphology*, Andrew Carnie and Heidi Harley eds. MITWPL, Cambridge, p. 275-288, 1994.
 14. HALLE, Morris. “Distributed Morphology: Impoverishment and Fission”. *MIT Working Papers in Linguistics*, 30, p. 425-449, 1997.
 15. HARLEY, Heidi & Rolf Noyer. “State-of-the-Article: Distributed Morphology”.

- Disponível em:
<http://linguistics.arizona.edu/~hharley/PDFs/HarleyNoyerDM1999.pdf>. Baixado em 12/03/2003. (1999).
16. IPPOLITO, Michela. "On the Past Participle Morphology in Italian". Papers on Morphology and Syntax, Cycle One, K. Arregi, B. Bruening, C. Krause & V. Lin eds. *MIT Working Papers in Linguistics*, v. 33, Cambridge, MA, p. 111-137, 1999.
 17. KRATZER, Angelika. "Building Statives". (2000) Disponível em: .
<http://semanticsarchive.net/Archive/GI5MmI0M/kratzer.building.statives.pdf>.
Acesso em 18/04/2003.
 18. MARANTZ, Alec. "No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon", in A.Dimitriadis, L. Siegel et al., eds. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, vol. 4.2, *Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium*, p. 201-225. 1997.
 19. _____. "Morphology as Syntax: Paradigms and the Ineffable, (the Incomprehensible and Unconstructable)", handout, 1999.
 20. _____. "Words". Disponível em:
<http://web.mit.edu/~marantz/Public/ALI/Handouts/>. Baixado em: 20/09/2004, handout, 2001.
 21. MARVIN, Tatjana. *Topics in the stress and syntax of words*. Doctoral dissertation, MIT, 2002.
 22. MEDEIROS, Alessandro Boechat de. *Traços Morfossintáticos e Subespecificação Morfológica na Gramática do Português: Um estudo das Formas Participiais..* Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
 23. _____. "O particípio passado nos tempos compostos do PB: um caso de subespecificação morfológica". Artigo não publicado, 2008.
 24. PARSONS, Terence. *Events in the Semantics of English: A Study in Subatomic Semantics*. Cambridge, Mass: MIT Press., 1990.
 25. SCHER, Ana Paula. "Nominalizações em -ada em construções com o verbo leve dar em português brasileiro". *Revista Letras de Hoje*, Porto Alegre, RS, 2005.
 26. _____. *As Construções com o verbo leve dar e nominalizações em -ada no português do Brasil*. Tese de doutorado, Campinas: UNICAMP, 2004.

RESUMO: O presente trabalho se propõe a analisar as formas nominais em *-ada* cuja interpretação não envolve um evento dentro do arcabouço teórico da Morfologia Distribuída. Tais nominalizações não ocorrem em construções com verbo leve (CVL), em particular as com o verbo leve *dar*. Elas denotam entidades ou conjuntos de entidades: a primeira envolve uma raiz associada a uma entidade comestível e refere um derivado desta entidade, também comestível (exemplo, *limonada*); a segunda envolve nomes de entidades de qualquer tipo, e denota um agrupamento, normalmente numeroso, de tais entidades (exemplo, *molecada*). A proposta defende a idéia de que a primeira dessas nominalizações envolve, em sua derivação, não o nome da entidade comestível que se lhe associa, mas a raiz desse nome; já na segunda nominalização, o que temos é uma nominalização de nome – o sufixo *-ada* se concatena a uma raiz nominalizada, nos termos da Morfologia Distribuída – e o resultado é a interpretação já mencionada. Adotamos uma visão cíclica da derivação sintática dessas formas, que explica de maneira elegante e natural inúmeras propriedades das mesmas, apresentadas e discutidas ao longo do texto.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia; sintaxe; nominalizações; raízes.

ABSTRACT: This work analyzes, in the framework of Distributed Morphology, two *ada*-nominals in Portuguese whose interpretation is never eventive. Such nominalizations do not appear in light verb constructions (LVC). They denote entities or groups of entities. The first one studied here is based on a root associated with an eatable entity and refers to another entity, eatable as well or drinkable, whose main ingredient is the entity associated with that root (for example, *limonada* – lemonade); the second nominal analyzed involves nouns of countable entities of any kind and refers to (often large) groups of these entities (e. g., *rapaziada* – a bunch of young men). I propose that the first nominalization referred to above does not derive from the noun of the ingredient, but from the root of such a noun; a proposal in these lines explains many semantic and syntactic properties of the *ada*-nominals in question. On the other hand, the second nominal form mentioned above is actually derived from a noun (a nominalized root). This one is the only actual *ada*-nominalization among the five or six types listed in Brazilian Portuguese dictionaries. The results discussed in the sections above endorse a cyclic vision of derivation – all the properties found in these constructions can be elegantly and naturally explained by means of derivations by phases which establish domains inside words.

KEYWORDS: Morphology; syntax; nominalizations; roots.

RESUMEN: El presente trabajo se propone analizar los sustantivos en *-ada* cuya interpretación no involucra un evento dentro del marco teórico de la Morfología Distribuida. Tales sustantivaciones no suceden en construcciones con verbo ligero (CVL), en particular aquellas con el verbo ligero *dar*. Ellas denotan entidades o conjuntos de entidades: la primera involucra una raíz asociada a una entidad comestible y hace referencia a un derivado de esta entidad, también comestible (ejemplo, *limonada*); la segunda involucra sustantivos de entidades de cualquier tipo, y denota una agrupación, normalmente numerosa, de tales entidades (ejemplo, *muchachada*). La propuesta defiende la idea de que la primera de esas sustantivaciones involucra, en su derivación, no el nombre de la entidad comestible que se le asocia, sino la raíz de ese nombre; ya en la segunda sustantivación, lo que tenemos es una sustantivación de sustantivo –el sufijo *-ada* se concatena a una raíz sustantivada, en los términos de la Morfología Distribuida— y el resultado es la interpretación ya mencionada. Adoptamos una visión cíclica de la derivación sintáctica de esas formas, que explica de manera elegante y natural innumerables propiedades de las mismas, presentadas y discutidas a lo largo del texto.

PALABRAS CLAVE: Morfología; sintaxis; sustantivaciones; raíces.

Recebido no dia 05 de dezembro de 2008.

Artigo aceito para publicação no dia 02 de março de 2009.